

Como lutar por um Brasil mais ético e justo?

Maria Alice Setubal para UOL Educação
05/04/2016

Somos um país em que as desigualdades são naturalizadas e as políticas públicas universais (como saúde e educação) geram serviços de qualidade para poucos, enquanto a maioria se vê privada do acesso ou precisa se contentar com a baixa qualidade ofertada. Assim, temos o hábito de depositar nas ações das diferentes esferas de governo a causa e a resolução de nossos problemas.

Agora, enfrentamos um momento de transição política e forte mobilização popular. Seja nas redes sociais ou nas ruas, todos têm debatido o futuro do país e dado a sua opinião sobre ele. No entanto, se nos limitarmos ao ataque ou à defesa de determinados atores políticos, não conseguiremos alcançar mudanças sociais significativas. Este é um momento em que precisamos de mais do que palavras de ordem de partidos ou movimentos sociais, mas sim de protagonismo, autoria e autonomia cidadã.

Mas afinal, como podemos nos mobilizar por um país menos desigual e injusto?

O Brasil mudou muito nos últimos 20 anos, como mostram os indicadores sociais. No entanto, há muito a ser feito para sermos um país mais justo e sustentável. Aceitamos que um aluno não saiba ler no 5º ano, pois, afinal, ele veio de uma escola "precária", ou que escolas localizadas em comunidades pobres não ofereçam uma educação de qualidade ou condições de trabalho aos professores. Hospitais sem médicos ou sem materiais cirúrgicos, violência incontrolada em áreas de vulnerabilidade, cerca de 200 mil pessoas residindo em casas sem saneamento básico são iniquidades que ainda persistem no Brasil, sem que a sociedade exija medidas concretas para superar essa situação.

Em recente pesquisa realizada pelo Cenpec sobre o ensino médio em quatro estados brasileiros, foram encontradas evidências que comprovam as desigualdades nas oportunidades educativas. Um exemplo é a restrita oferta de escolas de tempo integral, reconhecidas pelos bons indicadores de desempenho de alunos e a presença de professores e diretores engajados e comprometidos com a qualidade de uma educação focada em resultados. O que podemos fazer para reverter esse quadro?

Cabe a nós, sociedade civil, buscar conhecimentos e informações para debater e dialogar com o setor público e os demais segmentos comprometidos e envolvidos com a educação, contribuindo para a construção de políticas que beneficiem efetivamente todos os alunos brasileiros. Dentro de um contexto de

crise econômica e política, somente o amplo diálogo sustentará nossas conquistas e, ao mesmo tempo, nos guiará por novos caminhos que garantam avanços sociais e ambientais sustentáveis.

Exigir uma nova forma de gestão pública, com maior transparência, participação, que articule políticas mais consistentes com equidade, precisa pautar esse diálogo e a construção de consensos baseados na ética e na justiça social. Cabe a nós achar um caminho que nos tire da inércia ou de discussões vazias e nos torne potentes. Mudar a cultura de não responsabilização pelas ações públicas e da naturalização das desigualdades não acontecerá por um passe de mágica de um governo ou de um grupo de pessoas de boa vontade. Ao contrário, a conquista de um país mais ético e justo com cidadãos participativos exigirá que as atitudes, posturas e políticas no nível local sejam pautadas por esses mesmos princípios e valores e se articulem em nível nacional de modo a sustentá-las.